

Prefeitura diz que mídia induziu Justiça a erro em caso de Crivella

A Prefeitura do Rio de Janeiro afirmou, por meio de nota, que a Justiça foi induzida a erro por “colocações distorcidas e fora de contexto” por parte da imprensa, em sua decisão sobre o prefeito Marcelo Crivella. O juiz Rafael Cavalcanti Cruz, da 7ª Vara de Fazenda Pública da capital fluminense, [determinou](#) nesta segunda-feira (16/7) que o prefeito pare de utilizar a máquina pública para interesses pessoais ou de grupos religiosos.

Tomaz Silva/Agência Brasil



Crivella é acusado de usar a Prefeitura do Rio para favorecer pastores evangélicos.
Tomaz Silva/Agência Brasil

O que motivou a decisão foi a reunião promovida pelo prefeito no Palácio da Cidade, sede oficial da prefeitura, no dia 4 de julho, com um grupo de fiéis evangélicos, quando foram feitas promessas de atendimentos de saúde e isenção de IPTU para igrejas. O evento gerou dois pedidos de *impeachment* de Crivella, que foram [rejeitados](#) pela Câmara Municipal.

Caso Crivella contrarie a decisão judicial, o magistrado ameaça afastar o prefeito do cargo. Segundo a nota, as medidas anunciadas pela Justiça “não guardam correlação com a atuação da Administração Municipal, que tem primado pela inclusão e pelo aumento de oportunidades para todos. Informa ainda que irá esclarecer todas as dúvidas eventualmente apontadas”.

De acordo com a nota, a prefeitura se mostra preocupada com o possível afastamento de Crivella. “Um prefeito democraticamente eleito pelo voto popular não pode ser afastado de suas funções de forma preventiva, salvo por decisão do Poder Legislativo ou no caso de haver prejuízo para a apuração, circunstância reconhecidamente inexistente até pela própria decisão.”

Para a prefeitura, a imprensa faz colocações distorcidas sobre o prefeito, o que incentiva e propaga um sentimento de intolerância religiosa.

O Executivo municipal encerra a nota afirmando que demonstrará que não houve na atual gestão qualquer ação irregular “ou que destoe do que usualmente era praticado pelas Administrações Municipais anteriores, razão pela qual acredita no esclarecimento dos fatos e na atuação da Justiça”.
Com informações da Agência Brasil.

Date Created

17/07/2018